

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração

Pública e de Empresas

Brasil

Moutinho Abdalla, Márcio; Faria, Alexandre

Em defesa da opção decolonial em administração/gestão

Cadernos EBAPE.BR, vol. 15, núm. 4, octubre-diciembre, 2017, pp. 914-929

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323254590011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Em defesa da opção decolonial em administração/gestão

MÁRCIO MOUTINHO ABDALLA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO, VOLTA REDONDA – RJ, BRASIL

ALEXANDRE FARIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

Resumo

Em resposta a um quadro duradouro de assimetria e injustiça no campo de administração/gestão, sustentado pela radicalização da universalização do conhecimento euro-estadunidense e correspondente subalternização de saberes do resto do mundo, analisamos a posição marginal e o potencial da perspectiva decolonial no Brasil. Sugerimos a co-construção de uma agenda em administração/gestão no (e a partir do) Brasil que promova conhecimentos e práticas informados pela opção decolonial sob uma perspectiva transcosmopolita. Considerando obstáculos históricos para legitimação de alternativas ao Eurocentrismo e desafios atuais enfrentados por acadêmicos e praticantes no contexto de radicalização da hipermodernidade, realçamos as potencialidades da decolonialidade para comunidades de vítimas e articuladores de alternativas interconectados globalmente. Essa agenda decolonial em administração/gestão se baseia não em eventual rearticulação de revisionismos essencialistas, mas em promoção de avanços transcosmopolitas em três âmbitos interconectados: (i) acadêmico – por meio do fomento de identidades políticas em pesquisa-ensino sob uma perspectiva transmoderna; (ii) educacional – por meio do resgate, co-construção, legitimação e disseminação de conhecimentos alinhados às realidades locais e alternativas; e (iii) social – por meio da co-construção de saberes decoloniais engajados com dinâmicas de colonialidade-decolonialidade enfrentados pela sociedade e academia em escala global.

Palavras-chave: Opção Decolonial. Transmodernidade Pluriversal. Epistemologia. Geopolítica. Conhecimento.

Defending the decolonial option in administration/management

Abstract

In response to an enduring situation of asymmetry and injustice in the field of Management and Organization Studies (MOS), sustained by the radicalization of universalization of Euro-American knowledge, as well as the corresponding subalternation of diverse types of knowledge from the rest of the world, this article analyzes the marginal position and the potential of the decolonial perspective in Brazil. Analysis suggests the co-construction of a broad agenda in MOS in and from Brazil which fosters knowledge and practices informed by the decolonial option from a transcosmopolitan perspective. Taking into account multiple obstacles for the legitimization of alternatives to Eurocentrism and contemporary challenges faced by academics and practitioners within the context of radicalization of hypermodernity, this article highlights the potentialities of the decolonial option to interconnected communities of both victims and builders of alternatives on a global scale. Such decolonial agenda in MOS draws not on a re-articulation of essentialist revisionisms, but on the promotion of transcosmopolitan of advances in three interconnected realms: (a) academic – by fostering multiple political identities from a transmodern perspective; (ii) educational – by rescuing, co-constructing, and legitimizing, and disseminating knowledge connected to local realities and alternatives, and (iii) social – by co-constructing decolonial knowledge engaged with colonial-decolonial dynamics faced by society and academia on a global scale.

Keywords: Decolonial Option. Pluriversal Transmodernity. Epistemology. Geopolitics. Knowledge.

En defensa de la opción decolonial en la administración/gestión

Resumen

Como respuesta a un contexto resiliente de asimetría e injusticia en el campo de la administración/gestión, debido a la radicalización de la universalización del conocimiento euro-estadounidense y la correspondiente subordinación de saberes del resto del mundo, se analiza la posición marginal de la perspectiva decolonial en Brasil y su potencialidad. Sugerimos la co-construcción de una agenda en administración/gestión en (y desde) Brasil que promueva conocimientos y prácticas difundidos por la opción decolonial desde una perspectiva transcosmopolita. Teniendo en cuenta los obstáculos históricos para la legitimación de alternativas al eurocentrismo y los desafíos actuales que enfrentan los investigadores y profesionales en el contexto de radicalización de la hipermodernidad, destacamos las capacidades de la decolonialidad para comunidades de víctimas y articuladores de alternativas interconectados globalmente. Esta agenda decolonial en administración/gestión no se basa en una especie de revisionismo esencialista-modernista, sino en la promoción de avances transcosmopolitas en tres ámbitos interconectados: (i) académico-por medio de la promoción de las identidades políticas en la investigación-enseñanza desde una perspectiva transmoderna; (ii) educacional-por medio del rescate, co-construcción, legitimación y difusión de conocimientos alineados con las realidades locales y alternativas; y (iii) social-por medio de la construcción conjunta de conocimientos decoloniales comprometidos con las dinámicas de colonialidad-decolonialidad que enfrentan la sociedad y la academia a escala global.

Palabras clave: Opción decolonial. Transmodernidad pluriversal. Epistemología. Geopolítica. Conocimiento.

Artigo submetido em 21 de agosto de 2015 e aceito para publicação em 07 de abril 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395155249>

INTRODUÇÃO

Segundo autores de diferentes áreas, vivemos um contexto de radical universalização da hiper-modernidade eurocêntrica, sob o comando dos Estados Unidos (GIDDENS, 1991; APPADURAI, 1996; DIRLIK, 2003; IKENBERRY, 2011). Nesse suposto ápice cosmopolita da modernidade – chamado de globalização, globalidade, modernidade global ou hipermodernidade global –, campos do conhecimento superaram o etnocentrismo, o paroquialismo e o colonialismo do passado e tornaram-se plenamente universais. Autores do resto do mundo, vinculados à decolonialidade, discordam dessa visão de mundo e respectivo historicismo. Em 1492, a descoberta/conquista da América [sic] definiu o início da modernidade eurocêntrica e a história sob uma perspectiva hierárquico-racialista e anticosmopolista: de um lado, a Europa (e a correspondente diferença colonial), como centro do mundo e da história, a partir de uma hierarquia entre europeus e não europeus em termos econômicos, raciais e epistêmicos (PORTO-GONÇALVES, 2005); e do outro lado, a América e suas comunidades de primitivos e bárbaros sem história (DUSSEL, 2005a; 2005b). A partir de então a América seria submetida às forças civilizacionais e do progresso e aos sacrifícios necessários para fazer parte da história do mundo comandada, enunciada e historicizada pelo eurocentrismo. Em nome do progresso e da civilização, um quadro de pobreza e desigualdade geoepistêmica – problematizado não apenas pela literatura decolonial, mas também por autores do mundo euro-estadunidense (ALTBACH, 2004; WALLERSTEIN, 2006; MURPHY e ZHU, 2012) – foi estabelecido pelo eurocentrismo. Esse quadro, desafiado desde seus primeiros momentos pela decolonialidade, vem se expandindo por meio da rearticulação de diferentes mecanismos de colonialidade, comandados inicialmente pela Europa e atualmente pelos EUA. A hiperuniversalização da modernidade capitalista eurocêntrica no contexto da “globalização” neoliberal significa a radicalização do *longue durée* de colonialidade do conhecimento, do poder e do ser (QUIJANO, 1993). Em outras palavras, a hiper-modernidade informa não a emancipação sem limites, mas o acirramento do quadro de pobreza e de desigualdade em diversos campos, incluindo a administração/gestão.

Essa divisão entre visões de mundo ajuda a explicar a incapacidade de o campo da administração/gestão reconhecer e lidar com sua cumplicidade no expansionismo do capitalismo financeiro global e correspondente desempoderamento de uma crescente população, incluindo acadêmicos e instituições acadêmicas (ALTBACH, 2004) e uma ampla comunidade de gestores/administradores (KHURANA, 2007; CLEGG, 2014). Nesse contexto de hipermodernidade global, o campo da administração/gestão está cada vez mais afastado dos grandes desafios e das privações vividas por populações em geral e, correspondentemente, de alternativas. No mundo euro-estadunidense, esse campo tem sido analisado como cúmplice das seguidas crises do capitalismo neoliberal global (KHURANA, 2007; STEGER, 2009) e da universalização de mecanismos de empobrecimento e desigualdade subordinados à financeirização do capitalismo global (PIKETTY, 2014). Temos observado a expansão da crítica no campo desde meados dos anos 1990, mas já há entendimento de que a crítica euro-estadunidense tem que dar espaço para o resto do mundo (PRASAD, PRASAD, MILLS et al., 2015) pois a hiper-modernidade tem criado problemas em escala global para os quais não há mais soluções modernas; teorias e conhecimentos gerados sob essa perspectiva euro-estadunidense tornaram-se obsoletos e até obstáculos para a compreensão das questões contemporâneas (NDLOVU-GATSHENI, 2015). Em paralelo à ascensão de alternativas produzidas na América Latina e em outras regiões conectadas à opção decolonial, pesquisadores no Brasil afirmam que o campo euro-estadunidense da administração/gestão deve então ser abandonado integralmente e substituído por alternativas locais (MISOCZKY e IMASATO, 2014). Por sua vez, observamos então o acirramento dos mecanismos de universalização no campo, em especial nas economias e sociedades emergentes (FARIA, 2015a). Esse quadro não é surpreendente para a literatura decolonial. Seus autores descrevem a globalização como um contexto histórico de transição, que pode resultar tanto no acirramento do ocidentalismo quanto em um mundo pluriversal transmoderno (ESCOBAR, 2004; MIGNOLO, 2011). Enquanto a primeira possibilidade aponta a radicalização do quadro de pobreza e desigualdade inaugurado em 1492 pela universalidade eurocêntrica, disfarçada de euro-cosmopolitanismo, a segunda opção aponta o resgate, legitimação e disseminação de saberes pela pluriversalidade decolonial que permitiria a eventual co-construção de um mundo transcosmopolita em que diversos mundos, conhecimentos e histórias podem coexistir. A radicalização da segunda costuma justificar e ser acompanhada pela radicalização da primeira (FARIA, 2015b).

A divisão assimétrica entre visões de mundo e as dinâmicas correspondentes têm sido extremamente favoráveis para o avanço da classe ou elite capitalista global e dramaticamente opressororas para uma crescente população em escala global. Ao invés de também defendermos a substituição do campo da administração/gestão e eventualmente alimentarmos essa divisão assimétrica ou esperarmos que o mundo euro-estadunidense ofereça ao resto do mundo um campo de administração/gestão que supere problemas que a modernidade não é mais capaz de reconhecer ou solucionar, argumentamos que existe uma oportunidade para diálogos críticos interculturais, outras-cosmopolitas, entre essas visões em (e a partir de) economias

emergentes (especialmente no contexto da América Latina). No âmbito da geopolítica do conhecimento, cabe ressaltar que tanto o *mainstream* quanto a crítica em administração/gestão têm ignorado a ascensão das economias emergentes e a possibilidade de que estas não apenas reforcem o ocidentalismo capitalista liberal ou promovam modernidades alternativas, mas também que liderem a co-construção de uma ordem mundial não ocidentalista (HURRELL, 2013) conectada de diferentes maneiras à opção decolonial (MIGNOLO, 2014).

Contra-movimentos informados por identidades políticas extremas vêm ajudando a promover a expansão de diferentes tipos de gerencialismo vinculados à financeirização radical do capitalismo neo-imperial global (LOCKE e SPENDER, 2011) e a produzir uma população crescente de excluídos e incluídos desempoderados em escala global (DUSSEL, 2005a; 2013). A identidade regionalista ou continentalista da decolonialidade tem sido útil para justificar a radicalização de mecanismos geoepistêmicos de colonialidade. Argumentamos que é necessária e oportuna a co-construção de uma identidade trans-cosmopolita da decolonialidade para que uma crescente população em busca de construção e legitimação de alternativas possa engajar a opção decolonial. No campo da administração/gestão, apesar de a subalternização da identidade latino-americana restringir a aceitação da decolonialidade no Brasil, há um crescente engajamento de autores locais com a opção decolonial (FARIA, IBARRA-COLADO e GUEDES, 2010, que problematizam a ausência de visões do mundo em gestão internacional e rompem o silêncio da América Latina nessa área; Alcadipani e Faria (2014), que abraçam a perspectiva decolonial para analisar em que medida o periódico *Critical Perspectives on International Business* desafia a hegemonia anglo-saxônica na área de negócios internacionais; ABDALLA, 2014, que problematiza a relevância da opção decolonial na investigação de processos de proteção social em territórios historicamente subalternizados e subsocializados no Brasil).

O presente trabalho tem por objetivo propor a co-construção de uma agenda transcosmopolita – nem cosmopolitanismo eurocêntrico nem regionalismo, continentalismo, ou nacionalismo – em administração/gestão no (e a partir do) Brasil, que promova conhecimentos e práticas informados pela opção decolonial, como alternativa à radicalização da pobreza e da desigualdade geoepistêmica no campo. Nossa proposta, enunciada em um país emergente da América Latina, é inspirada na perspectiva de transmodernidade pluriversal enunciada por Dussel (1993; 2005a; 2005b). A teorização decolonial de Enrique Dussel defende a promoção do pensamento fronteiriço, por meio de processos de autoafirmação identitária e de diálogos críticos interculturais envolvendo as possíveis modernidades (i. e., transmodernidade). Esses processos podem ajudar a conter tanto os mecanismos de radicalização do ocidentalismo como as propostas essencialistas ou indigenistas classificadas como antimodernidade e anticosmopolitismo pela (hiper)modernidade global; Com o propósito de ajudar a criar ou expandir condições para a co-construção de um mundo pluriversal, em que diversos mundos possam coexistir. Abraçamos, então, não apenas teorizações e perspectivas do Sul, mas também teorizações e perspectivas do Norte, com destaque para a posição ambivalente do Brasil no contexto da América Latina e como economia emergente no contexto do capitalismo global. Desafiamos o pressuposto ocidentalista de que o engajamento de economias emergentes com a opção decolonial promoveria o barbarismo anticentralista global. Damos atenção a processos e mecanismos de colonialidade interna (CASANOVA, 2006) que afetam não apenas o Brasil no contexto ampliado da América Latina, mas também nossos colegas das (semi)periferias do Norte, que também enfrentam a radicalização do quadro de pobreza geoepistêmica fomentado pela universalização da modernidade global (DOMINGUES, 2002; GARCÍA, 2011; MIGNOLO, 2011).

Por meio dessa proposta, queremos ir além dos mecanismos eurocêntricos de dicotomização e segregação que, na prática, costumam ser tanto desafiados quanto reforçados pela opção decolonial. Damos ênfase não (exclusivamente) ao lado sombrio da modernidade eurocêntrica, mas (também) aos avanços trans-cosmopolitas informados pela opção decolonial nos âmbitos: (i) acadêmico – por meio da promoção de identidades políticas em pesquisa-ensino sob uma perspectiva trans-cosmopolita; (ii) educacional – por meio do resgate, co-construção, legitimação e disseminação de conhecimentos conectados às múltiplas realidades locais e capazes de gerar alternativas à (hiper)modernidade; e (iii) social – por meio da co-construção de saberes decoloniais engajados com a solução de problemas coloniais que vêm sendo enfrentados também pela própria academia e pelo mundo euro-estadunidense.

Este artigo está dividido em mais quatro partes além desta introdução. No tópico seguinte problematizamos o processo de concepção do conhecimento em administração/gestão, por meio do debate em torno do arcabouço epistemológico dominante. Na terceira parte apresentamos as potenciais contribuições da opção decolonial no campo de administração/gestão, como alternativa ao atual quadro geoepistêmico de pobreza e desigualdade. No quarto tópico discutimos alguns desafios geoepistêmicos e econômico-políticos para o engajamento na opção decolonial, sob uma perspectiva trans-cosmopolita, e sugerimos aspectos a serem privilegiadas na co-construção de uma agenda engajada com dinâmicas da decolonialidade. No último tópico apresentamos nossas considerações finais.

PROBLEMATIZANDO O CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

O conhecimento subordinado à modernidade eurocêntrica foi transformado em verdade a partir de 1492 sob uma perspectiva totalitária, por meio da mobilização de mecanismos de coerção e consentimento, impostos a diferentes tipos de “outro” – os quais vêm desde então desafiando o desenho civilizacional eurocêntrico e a racionalidade totalitária correspondente por meio da decolonialidade (DUSSEL, 2013). As recentes dinâmicas do capitalismo global vêm mais claramente deslocando o centro hegemônico em direção ao não Ocidente e, particularmente, às economias e sociedades emergentes (SANTOS e MENESSES, 2010), criando, assim, eventuais condições para a universalização transmoderna da decolonialidade (ESCOBAR, 2004). Não surpreendentemente, tais trajetórias têm sido acompanhadas pela radicalização de mecanismos pró-Ocidentalização em escala global (SOUZA PINTO e MIGNOLO, 2015). No Brasil, esse quadro vem sendo acompanhado tanto pela subalternização quanto pela ressurgência da identidade latino-americana vinculada à decolonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Ao longo de mais de cinco séculos, conhecimentos e práticas decoloniais têm sido gerenciados pelo eurocentrismo por meio de mecanismos de extermínio, apropriação e subalternização, todos vinculados à matriz de colonialidade do conhecimento, do poder e do ser (GROSFOGUEL, 2008b). O regime de colonialismo imposto aos povos de “bárbaros sem história” na Ásia e na África foi parcialmente superado pelos processos de descolonização no contexto pós-guerra protagonizados pela ascensão do Terceiro Mundo e de diferentes versões de Terceiro Mundismo (BERGER, 2004), nacionalismo (DIRLIK, 2004) e decolonialidade, tais como: “Etiopianismo, Garveyism, Negritude, Pan-Africanismo, Socialismo Africano, Humanismo Africano, Movimento da Consciência Negra, e Renascimento Africano” (NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 488). A colonialidade permanece, por meio de rearticulações baseadas nos mesmos mecanismos de coerção e consentimento. A colonialidade – i. e., a face mais sombria de negação do outro que continua sendo negada pela própria modernidade – não foi interrompida com a descolonização dos povos bárbaros e sem história da Ásia e da África. Assim como na América Latina, ela vem sendo reinventada por meio de processos hegemônicos de construção e universalização do neoliberalismo e da matriz cultural-científica eurocêntrica (PORTO-GONÇALVES, 2012). A radicalização da modernidade e do capitalismo global neoliberal promoveu tanto o acirramento dos mecanismos de subalternização dos saberes co-construídos por uma pluralidade de condecorados e articuladores de alternativas no resto do mundo (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006), como o fortalecimento da decolonialidade como opção libertadora em escala global (ESCOBAR, 2004; DUSSEL, 2013; NDLOVU-GATSHENI, 2015). Vinculado a dinâmicas envolvendo políticas, demandas e conceituações eurocêntricas e decoloniais, o campo da administração/gestão tem obtido crescente importância nesse contexto mais amplo de geopolítica do conhecimento ou governança global do conhecimento (MILLER, 2007; FARIA, 2015b).

Segundo a literatura decolonial enunciada por diversos autores latino-americanos vinculados ao grupo de pesquisa modernidade/colonialidade/decolonialidade (QUIJANO, 1993; LANDER, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2005; 2008; 2012; ESCOBAR, 2004; DUSSEL, 1993; 2005a; 2005b; HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006; GROSFOGUEL, 2008a; 2008b; 2012; MIGNOLO, 2008; 2010; 2011; 2014), esse suposto apogeu da modernidade eurocêntrica não é um fenômeno autogerado que finalmente alcançou o estágio de universalidade plena com o advento da globalização pós-1989.

A partir do advento da globalização pós-1989 e das seguidas crises do capitalismo neoliberal global, um número crescente de autores, praticantes e membros da sociedade vem criticando não mais o caráter etnocêntrico ou paroquial, mas o caráter eurocêntrico (neo)colonial do campo de administração/gestão (IBARRA-COLADO, 2006; MURPHY e ZHU, 2012; PRASAD, PRASAD, MILLS et al., 2015). Tais argumentos estão conectados não somente ao extraordinário processo de exportação/imposição de conhecimentos e instituições de administração/gestão para o resto do mundo a partir dos EUA, mas também às críticas à cumplicidade do campo ao expansionismo global do gerencialismo financeira (KHURANA, 2007; LOCKE e SPENDER, 2011; CLEGG, 2014); e, segundo a literatura decolonial, ao correspondente crescimento de vítimas do capitalismo neoliberal em escala global (DUSSEL, 2013) e expansão da decolonialidade (ESCOBAR, 2004). A validade do conhecimento hipermoder-nista produzido no Norte global foi posta à prova após a crise financeira global de 2008 protagonizada por Wall Street e confirmou o pressuposto decolonial de que a modernidade não é mais capaz de lidar com os problemas gerados pela modernidade global. Na oportunidade, gigantes multinacionais detentoras de “infalíveis modelos de gestão” [sic], como a General Motors e grupos de privilegiados que vêm promovendo o desempoderamento da classe de administradores/gestores por meio da mobilização ilimitada de mecanismos de acumulação via expulsão, exclusão e apropriação (HARVEY, 2013), corromperam mais uma vez as teorizações do neoliberalismo ao recorrerem aos fundos públicos para aprofundar o projeto neoliberal de acumulação ilimitada (CONGLETON, 2009). A crise na zona do euro e os planos de austeridade na Europa, acompanhados pelos

movimentos migratórios recentes protagonizados por “bárbaros” e potenciais terroristas vindos do resto do mundo para a Europa (GRŽINIĆ, 2014), reforçam as manifestações e movimentos em busca de alternativas à modernidade global também no mundo euro-estadunidense. O campo da gestão tem sido crescentemente classificado do mundo euro-estadunidense como eventual cúmplice desse amplo processo de aprofundamento e expansão de desigualdade e pobreza – que inclui o empobrecimento geoepistêmico do próprio campo pela incapacidade da (hiper)modernidade global de lidar com a realidade global.

Como ressaltado pela literatura decolonial, o lado mais sombrio da modernidade eurocêntrica foi radicalmente expandido pela colonialidade global no contexto pós-1989 (GROSFOGUEL, 2008a). Desde o início dos anos 1990, autores decoloniais vêm desafiando a vasta literatura celebratória em ciências sociais (GIDDENS, 1991) com o argumento de que globalização significa neoimperialismo global (QUIJANO, 1993) ou colonialidade global (DUSSEL, 1993). Eles ressaltam que a hipermoderne global vem fortalecendo o desenvolvimento da decolonialidade e a potencial transição da universalidade eurocêntrica rumo a um mundo pluriversal e multipolar (ESCOBAR, 2004). Nos EUA, o movimento *Occupy*, por exemplo, engajou padrões da revolução zapatista e as noções latino-americanas de “reciprocidade, solidariedade e horizontalidade como referências para sua própria prática pedagógica” (JARAMILLO e CARREON, 2014, p. 393). Tais argumentos e desenvolvimentos não têm sido bem recebidos pelas ciências sociais, apesar dos óbvios e dramáticos impactos da “globalização” sobre sociedades, comunidades e indivíduos no mundo inteiro e da crescente importância da opção decolonial para o público em geral, devido ao seu suposto caráter essencialista e anti-cosmopolita.

Por meio da mobilização de mecanismos de apropriação, coerção e consentimento vinculados ao âmbito de geopolítica ou governança global do conhecimento, intensificou-se então o projeto de construção da ciência social global, comandado pelos EUA (ALATAS, 2003). A partir de então, outros campos foram incluídos por essa “virada globalista” eurocêntrica e discursos correspondentes pró-inclusão e pró-diversidade, tais como o de administração/gestão (FARIA, 2015b). A extraordinária disseminação geográfica do campo da gestão a partir dos EUA em décadas recentes, com o propósito de garantir que todos sejam beneficiários da, e capazes de gerir a, (hiper)modernidade, tem como um dos principais objetivos a gestão da ascensão de economias e sociedades emergentes.

De acordo com Mignolo (2014), o campo de ciências sociais tem sido um dos componentes centrais da longa duração da modernidade ocidentalista. O campo teve suas origens na Europa Iluminista a partir de práticas e da lógica de expansão imperial do Ocidente, inaugurada com a “conquista/descoberta” da América no final do século XV, e transformada formalmente em ciências sociais no século XIX no norte da Europa, sob uma perspectiva universalista, como recurso crucial para viabilizar o Estado moderno eurocêntrico e o projeto correspondente de expansionismo do capitalismo ocidentalista (FARIA, IMASATO e GUEDES, 2014). O campo de ciências sociais eurocêntricas tornou-se universal por meio da apropriação de saberes decoloniais e, em paralelo, ao fortalecimento de mecanismos hegemônicos da segunda modernidade – baseados no binômio coerção e consentimento – que se somaram aos mecanismos de colonialidade do conhecimento, do poder e do ser, inaugurados pelos conquistadores do sul da Europa no final do século XV (QUIJANO, 1993). Esse lado mais sombrio continua sendo parte constitutiva e inseparável da modernidade.

O pós-guerra, sobretudo após as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki (por meio do uso de *hard power*) e posterior oferta de ajuda altruista ou benevolente dos Estados Unidos ao Japão (seguida pelo uso de *soft power*), ajudou a mover o eixo da hegemonia do capitalismo da Europa para os Estados Unidos e também a governança de diversos campos de conhecimento, incluindo o da administração/gestão (ABDALLA, 2014). Essa transição hegemônica – em que a *pax americana* substitui a *pax britanica*, o Terceiro Mundo substitui as colônias, e poderes emergentes são contidos – foi reforçada ao longo da Guerra Fria por projetos de modernização e desenvolvimento no resto do mundo suportados pelo sistema financeiro comandado pelos EUA e por instituições de educação em administração/gestão impostas ao Terceiro Mundo com o propósito de manter a ordem capitalista liberal e supostamente, conter o avanço do imperialismo comunista e poderes emergentes (ARRIGHI, 2012; ALCADIPANI e BERTERO, 2012). A exportação de vasto arsenal de conhecimento *made in USA*, por meio de mecanismos de apropriação e subalternização de “subconhecimentos” produzidos na periferia do mundo, foi fortalecida e ampliada por instituições educacionais financiadas por fundos de desenvolvimento – em especial no Brasil e em outros países da semiperiferia da América Latina – vinculados às instituições de Breton Woods e por uma nova governança pós-Eurocêntrica comandada pelos EUA que ajudaram a reforçar mecanismos de dependência, empobrecimento e desigualdade. Esse conhecimento passou a ser tido como único caminho possível para o progresso, apesar de muitas evidências que contrariavam suas promessas e de seu desalinhamento às múltiplas realidades, alternativas e conhecimentos ou saberes produzidos na América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo.

Esse grandioso projeto do expansionismo liberal estadunidense pós-guerra teve como aliados no campo da administração/gestão e os projetos de modernização e desenvolvimento do Terceiro Mundo, acompanhados por manifestações de resistência e de movimentos decoloniais de diversos tipos (WESTWOOD e JACK, 2007; FARIA, IBARRA-COLADO e GUEDES, 2010). A ascensão de poderes emergentes a partir do Terceiro Mundo, ilustrado pela ascensão asiática, impulsionou a construção da “revolução” neoliberal e a substituição pós-1989 da hegemonia do bipolarismo pelo unipolarismo com aparência de multipolarismo (HUNTINGTON, 1999; ARRIGHI, 2012). Essa trajetória foi suportada por maciça exportação de conhecimento e instituições liberais, com o suposto propósito de acelerar o processo de inclusão do resto do mundo na hipermodernidade global e garantir sua gerenciabilidade. A emergência do mundo unipolar foi acompanhada pela imposição de uma retórica ocidentalista – que classifica economias emergentes tanto como mercados quanto como poderes insurgentes e revisionistas (LAYNE, 2006) – que permitiu e legitimou a supremacia da governança estadunidense em administração/gestão.

Esse quadro tem sido marcado também pela criação e universalização de *rankings* globais, gurus, modelos, métodos e soluções gerencialistas para qualquer problema que seja classificado por *experts* e instituições como “problema de gestão”, em qualquer canto do mundo [sic]. Esse aparato tem sido apresentado como necessário para a governabilidade do capitalismo neoliberal pelas instituições estadunidenses de gestão e também apropriado por atores e instituições vinculadas à elite ou à classe capitalista global, especialmente em economias emergentes. Por exemplo, muitos pesquisadores e editores de periódicos e acadêmicos de economias e sociedades emergentes vêm sendo pressionados e incentivados – por meio de mecanismos e processos de coerção e consentimento – a reconhecerem especificidades nacionais ou regionais e a (re)produzirem a lógica universalista e totalitária advinda das ciências naturais. Apesar das críticas, e parcialmente em resposta a elas, programas de *stricto sensu* em administração/gestão no Brasil e instituições de regulação e fomento têm endossado e reforçado essa lógica, em busca de inclusão, prestígio, acumulação ou obtenção de recursos financeiros e posições nos *rankings* supostamente globais (BERTERO, ALCADIPANI, CABRAL et al., 2013).

A radicalização do quadro geoepistêmico de pobreza e desigualdade inaugurado em 1492 foi impulsionado por radicalização de mecanismos de governança do conhecimento, especialmente nos âmbitos de teoria e epistemologia. Por meio de apropriação, diversas correntes eurocêntricas vinculadas à crítica, também foram mobilizadas e tornadas universais por meio, por exemplo, do advento dos *Critical Management Studies*. A perspectiva pós-moderna, por exemplo, surgiu no final dos anos 1980 nos EUA e na Europa como suposta resposta aos horrores e desilusões causadas pela modernidade, mas acabou tornando-se útil para apropriar e conter conhecimentos e práticas decoloniais e desenvolvimentos produzidos no Terceiro Mundo. Como crítica eurocêntrica ao eurocentrismo, o pós-modernismo ajudou a apropriar e subalternizar as teorizações “além da modernidade” enunciadas na América Latina (DUSSEL, 2013) – classificadas como um tipo de essencialismo vinculado ao hispanismo latino-americano que foi apontado nos EUA no início dos anos 1990 pela tese de choque das civilizações como uma das civilizações do resto do mundo que eventualmente se juntariam a outras para destruir o Ocidente e a [verdadeira] civilização (HUNTINGTON, 1999) – e, por conseguinte, ajudou a promover a universalização radical da modernidade/colonialidade no contexto da colonialidade global (GROSFOGUEL, 2008a). A ideia de que crítica, pós-modernidade e pós-colonialismo são conhecimentos universais ajudou o eurocentrismo a apropriar e conter desenvolvimentos e diálogos transmodernos (i. e., não eurocêntricos) Sul-Sul e Sul-Norte. Teorizações pós-colonialistas ajudaram a conter desenvolvimentos pluriversais transmodernos enunciados na exterioridade decolonial (BRAGATO e CASTILHO, 2012), alimentar uma aversão cosmopolita à literatura terceiro-mundista (JAMESON, 1986), e também a fortalecer uma identidade decolonial confrontacional na América Latina que, na prática, favorece a manutenção de assimetrias geoepistêmicas. Teóricos pós-coloniais do Terceiro Mundo baseados em instituições acadêmicas nos EUA reconhecem que a modernidade eurocêntrica cometeu falhas por não ter sido capaz de superar seus próprios desafios, publicadas a partir do final dos anos 1990. Estes foram antecedidos pela literatura decolonial. Enquanto os primeiros obtiveram reconhecimento acadêmico e foram universalizados, os autores decoloniais foram marginalizados não somente no mundo euro-estadunidense, mas também na América Latina – em especial no Brasil.

Outro exemplo que merece destaque é o expansionismo do positivismo em ciências sociais por meio da ascensão do neopositivismo em décadas recentes (DUBERLEY, JOHNSON e CASSELL, 2012). Em paralelo às intensas críticas ao positivismo – incluindo aquelas enunciadas pela literatura decolonial – o neopositivismo tornou-se hegemônico em ciências sociais e também no campo de administração/gestão, tanto no Brasil quanto no exterior (RODRIGUES e CARRIERI, 2001; VERGARA e CARVALHO, 2002; MONTEIRO, VEIGA e VAN DOORNICK, 2005; DALMORO, CORSO, FALLER et al., 2007; HANSON e GRIMMER, 2007; BUELENS, WOESTYNE, MESTDAGH et al., 2008; ABDALLA e BRITO, 2011). Esse quadro é complementar aos debates protagonizados por Popper, Kuhn e Lakatos, destacando a ideia de demarcação científica, proposta por Thomas Kuhn. Diferentemente do que propunha o filósofo estadunidense, os entraves à evolução da ciência estão mais subordinados a

mecanismos geoepistêmicos da colonialidade eurocêntrica que propriamente a conveniências paradigmáticas construídas e substituídas ao longo do tempo, sob uma perspectiva progressivista eurocêntrica, pela comunidade acadêmica.

Os discursos (hiper)modernistas do capitalismo neoliberal global e do gerencialismo, baseados em científicidade e imparcialidade/universalidade, têm levado estudantes e pesquisadores mais jovens a abraçarem os métodos (neo)positivistas como se não houvesse alternativas. A retórica de precisão e robustez, supostamente garantida por amostras e modelos estatísticos multivariados, vem não apenas desempoderando instituições acadêmicas, mas também ajudando a subalternizar autores que investigam a cumplicidade do campo da administração/gestão com o aprofundamento e globalização da desigualdade e da pobreza (BERTERO, ALCADIPANI, CABRAL et al., 2013; PIKETTY, 2014; CLEGG, 2014).

As pesquisas “qualitativas”, por exemplo, vêm se apropriando de pressupostos do positivismo e sendo apropriadas por eles (MILLS, 2015). Diferentes tipos de (neo)positivismo têm sido amplamente empregados, inclusive por pesquisadores que criticam o positivismo clássico. No final das contas, prevalece a agenda da hipermoderna de produzir conhecimento que seja publicável em *top journals*, classificados por *rankings* comandados pelos EUA (DALMORO, CORSO, FALLER et al., 2007; HANSON e GRIMMER, 2007; BUELENS, WOESTYNE, MESTDAGH et al., 2008). Esses *rankings* e seus respectivos critérios são mecanismos hegemônicos moldados e governados pelo mundo euro-estadunidense e apresentados/consumidos como globais. Os *top journals* e respectivas editoras, gigantescas corporações que fomentam o capitalismo acadêmico global, e corpos editoriais vinculados à noção de trabalho voluntário são subordinados com maior ou menor intensidade aos mecanismos hegemônicos de geopolítica do conhecimento (GROSFOGUEL, 2012). As críticas decoloniais informadas por uma perspectiva continentalista são usadas como justificativa para críticas mais cosmopolitas. Por exemplo, o quadro de colonialidade em administração/gestão enunciado por Ibarra-Colado (2006) é enunciado como (neo)colonialismo no mundo euro-estadunidense por pesquisadores vinculados aos *Critical Management Studies* (MURPHY e ZHU, 2012). Essa abordagem cosmopolita propõe reformas ou ajustes mas ignora o lado mais obscuro da modernidade e questões sensíveis de geopolítica do conhecimento.

A construção deste artigo, por exemplo, também ilustra a potência da hipermodernização neoliberal no pós-Guerra Fria. Nós, autores, pertencentes a um programa de doutorado de uma escola de administração no Brasil, enfrentamos muitos obstáculos internos e externos para abraçar a opção decolonial. Tais obstáculos levaram à tentativa de cancelamento do projeto de pesquisa inicial, que envolveria troca de orientador e de perspectiva, em detrimento de uma ampla população afetada pelo problema investigado (ABDALLA, 2014). Esse quadro de marginalização não seria tão intenso se a literatura decolonial fosse legitimamente acolhida no Brasil por meio do amplo reconhecimento do âmbito da geopolítica ou governança global do conhecimento (BERTERO, ALCADIPANI, CABRAL et al., 2013) e das diversas possibilidades de engajamento com a opção decolonial: a decolonialidade não é uma crítica antieuropéia essencialista ou fundamentalista. É uma “perspectiva que é crítica em relação aos fundamentalismos, nacionalismos e colonialismos vinculados ao Eurocentrismo e ao Terceiro Mundismo” (GROSFOGUEL, 2007, p. 212).

Apesar dos importantes esforços para prover uma epistemologia da administração vinculada ao conceito mais amplo de decolonialidade (SERVA, 2013a), os debates decoloniais continuam em posição marginal no país. Esse quadro é parcialmente explicado pela posição ambivalente do Brasil na América Latina. O reposicionamento do Brasil como líder da América Latina – i. e., não mais como um grande país subdesenvolvido do Terceiro Mundo informado por agendas revisionistas, mas como economia/poder emergente no contexto pós-Guerra Fria do capitalismo global – ajudaram a marginalizar a identidade latino-americana. Muitas das relações jurídicas e de soberania que marcaram o colonialismo europeu nos séculos XIX e XX foram modificadas durante a modernização do país no pós-Guerra e sua transformação em potência regional por agendas e instituições de desenvolvimento e gestão impostas pelos EUA na América Latina durante a Guerra Fria que, em paralelo, promoviam apropriação de desenvolvimentos vinculados ao Terceiro Mundismo e à decolonialidade. Foi sedimentada no país a ideia de que relações coloniais são coisas do passado e, eventualmente, encontradas nos “outros” países da América Latina, tidos como menos desenvolvidos (GUIMARÃES, 2010). Acadêmicos e administradores/gestores entusiasmados com a ascensão do Brasil como economia emergente no contexto da globalização neoliberal ignoram as controvérsias que informam esse novo posicionamento do país na América Latina (SOUZA, 2010; MISOCZKY e IMASATO, 2014). A promoção da identidade política decolonial tenta contrabalançar esse quadro de aversão do Brasil ao latino-americanismo e à possibilidade de imaginarmos e co-construirmos uma “outra América” ou “nuestra América”, por meio do engajamento com uma identidade americanista que foi desenvolvida na América hispânica (MONTEIRO, 2009). Liderados no século XIX por argentinos, os políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina”, e nem seus equivalentes franceses e espanhóis, incluíam nela o Brasil: América Latina “era simplesmente outro nome para América Espanhola” (BETHELL,

2009, p. 293). Mecanismos duradouros de subalternização da identidade latino-americana no Brasil têm ajudado a consolidar na região a retórica da hiper-modernidade global de que a globalização significa, especialmente para as chamadas economias e sociedades emergentes, a chegada de um mundo plenamente pós-colonial e cosmopolita (GROSFOGUEL, 2012).

Esse quadro sugere que a radicalização do eurocentrismo não pode ser enfrentada na região por pesquisadores ou projetos individuais ou isolados que eventualmente ajudem a reforçar a perspectiva decolonial confrontacional. Os processos de radicalização de pobreza geoepistêmica, ou “epistemicídio global” (SANTOS e MENESSES, 2010), têm sido eficazes em grande parte devido à agenda decolonial continentalista. Classificada como barbarismo emergente ou essencialismo anticosmopolita pela governança global do conhecimento, a decolonialidade extrema ajuda a promover e justificar o expansionismo do gerencialismo financeiro global e a co-construir uma população crescente de vítimas da hiper-modernidade em escala global (CLEGG, 2014).

É importante ressaltar que outros projetos e agendas vêm sendo empreendidos em todo o mundo para (re)discussão e concepção de epistemologias para a administração. No Brasil, importantes desenvolvimentos têm ocorrido nessa direção, com destaque para a oferta da disciplina de epistemologia em cursos de *stricto sensu* e pela ampliação desse debate por meio, por exemplo, do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, e pela criação de duas divisões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (AnPAD) dedicadas ao tema (SERVA, 2013a). Esses desenvolvimentos ilustram as possibilidades de decolonialidade transmoderna no país, em oposição ao pensamento “imitativo” e às agendas universalistas, tal qual preconizava Alberto Guerreiro Ramos (MAIA, 2015). A subalternização do latino-americanismo no Brasil e o caráter nacionalista predominante em tais desenvolvimentos têm ajudado a conter o diálogo entre pesquisadores do Brasil e de outros países da América Latina. Mecanismos ocidentalistas exploram esse quadro de fragmentação de “resistências”, eventualmente classificadas como variedades de essencialismo anticosmopolita, para justificar e promover a radicalização do ocidentalismo em administração/gestão no Brasil.

A posição do Brasil como líder na produção de conhecimento em diversas áreas na América Latina, inclusive no campo da administração/gestão, tem sido marcada ao longo da história pela mobilização de múltiplos mecanismos de colonialidade interna (CASANOVA, 2006), que ajudam a explicar a marginalização da identidade latino-americanista no país (MONTEIRO, 2009) e também as respostas identitárias mais radicais. Com a expansão da decolonialidade, em resposta ao anti-hispanismo fomentado pela hiper-modernidade global, nos EUA e países de língua espanhola na América Latina, autores no Brasil criticam a virtual inexistência de pesquisadores brasileiros associados ao grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD): este “privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e sub-imperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos” (BALLESTRIN, 2013, p. 111). A subalternização no Brasil da identidade americanista específica que foi construída na América hispânica é um importante ativo para a co-construção de uma agenda decolonial trans-cosmopolita, em adição à agenda tida como continentalista ou essencialista.

Essa perspectiva deve abraçar autores de diferentes países e regiões que vêm argumentando que o resto do mundo deve ser tratado como lócus de conhecimento para que exista possibilidade de construção de um campo “global” de administração/gestão (JACK, ZHU, BARNEY et al., 2012; PRASAD, PRASAD, MILLS, 2015; SEREMANI e CLEGG, 2016). Apesar da crescente importância das economias e sociedades emergentes em diversos âmbitos de governança global, o Brasil continua sendo tratado como lócus empírico, ao invés de teorizante, no campo da administração (ALCADIPANI e FARIA, 2014). A resposta a esse quadro não requer paroquialismo epistêmico e nacionalismo/continentalismo exacerbado. Não desconsideramos a importância da construção de identidade política latino-americanista ou Sul-Sul para fomentar a opção decolonial. Ressaltamos que o paroquialismo epistêmico (CANDLER, AZEVÊDO e ALBERNAZ, 2010; CANDLER, 2015) e o despreendimento radical, informado por nacionalismo ou regionalismo exacerbados, têm sido usados para justificar a rearticulação do ocidentalismo. Grosfoguel (2008b, p. 137) ressalta que o nacionalismo “reproduz uma colonialidade interna de poder dentro de cada Estado nação e reifica o Estado-nação enquanto lugar privilegiado de mudança social”. Defendemos a transmodernidade pluriversal, sob uma perspectiva transcosmopolita, e não deixando de contemplar as múltiplas possibilidades de apropriação e cooptação. Em outras palavras, o defendemos a promoção de diálogos críticos e a constituição de bases legítimas para a co-construção de uma academia global pluriversal.

Iniciativas promissoras de diferentes tipos de transmodernidade pluriversal vêm sendo co-construídas por pesquisadores e praticantes do Sul global, a partir de saberes enunciados no próprio Sul (MIGNOLO, 2008; 2010; 2011), e também de diálogos Sul-Norte que promovem alternativas em escala global (DUSSEL, 2005a; 2005b). As contribuições de Walter Mignolo,

por meio do pensamento fronteiriço, e de Enrique Dussel, por meio da transmodernidade, inspiram nossa defesa por uma agenda trans-cosmopolita que vai além da perspectiva de confrontação para ajudar a superar os mais de cinco séculos de negação do lado mais sombrio da modernidade e abraçar o potencial ampliado da opção decolonial (CARVALHO FILHO, IPIRANGA; FARIA, 2017).

ABRAÇANDO AS CONTRIBUIÇÕES DA DECOLONIALIDADE

A modernidade eurocêntrica foi inaugurada em 1492, com a “conquista/descoberta” da América (DUSSEL, 1993) e o estabelecimento de uma hierarquia totalitária de longa duração em termos econômicos, raciais e epistêmicos (QUIJANO, 1993). A decolonialidade, por sua vez, também tem uma longa trajetória; seu início formal coincide com a inauguração da colonialidade, mas sua visão cosmopolita de mundo, de co-construção de um mundo em que diversos mundos possam coexistir, inicia muito antes. Segundo Segrera (2005), tem sido possível desenvolver ciências (sociais) não eurocêntricas na América Latina. O autor destaca diversas contribuições importantes que surgiram na América Latina e foram apropriadas e subalternizadas pela modernidade. Dentre as contribuições, vale destacar a Teoria da Dependência, de Theotonio dos Santos; a Colonialidade do Poder, de Aníbal Quijano; a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire; a Teologia da Libertação, de Leonardo e Clodovil Boff; a Colonialidade Interna, de Pablo González Casanova; o conceito de *Border Thinking*, de Walter Mignolo; a Filosofia da Libertação e a Crítica Não Eurocêntrica do Eurocentrismo, de Enrique Dussel; as contribuições de Alberto Guerreiro Ramos, a exemplo da redução sociológica, além de muitas outras teses, teorias e formas de conhecimento fronteiriço, a partir do Sul global, que engaja e dialoga criticamente com o lado eurocêntrico. Tais contribuições transmodernas costumam ser classificadas como “pensamento” ao invés de “teoria” social e geopolítica, em grande parte devido à ausência de agendas “positivas” que ressaltam seu caráter transcosmopolita e que ajudem a promover não apenas sua coexistência, mas também o acesso da decolonialidade a uma ampla e crescente população de “vítimas” da (hiper)modernidade articulando alternativas em escala global.

A opção decolonial em si é uma contribuição transcosmopolita, ao invés de latino-americanista ou essencialista. A decolonialidade emerge como um programa/projeto geoepistêmico formal a partir da academia dos EUA e de alguns países da América Latina no início da década de 1990, particularmente com a formação do grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade (MC) que se transformou em Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD). Aquele grupo de estudos, constituído por intelectuais latino-americanos de origem hispânica em sua grande maioria, que trabalhavam e viviam nos Estados Unidos, inspirou-se no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos (BALLESTRIN, 2013). O grupo MCD foi formado em resposta a traços de essencialismos que emergiram em grande parte devido ao avanço do pós-colonialismo nos EUA durante um período crítico da “revolução” neoliberal. O avanço do pós-colonialismo, por meio de apropriação e contenção de tradições decoloniais, acentuou a subalternização da América Latina no contexto acadêmico dos EUA, em seguida, no resto do mundo. A crítica a esse lado mais sombrio do pós-colonialismo, por meio de uma perspectiva de confronto e restrito ao mundo acadêmico, tornou-se uma questão central para a construção da identidade política decolonial e para o engajamento de seus fundadores e membros com uma perspectiva continentalista, como realçado por Ballestrin: “a decolonialidade é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente” (BALLESTRIN, 2013, p. 108).

Na prática, o MCD teve que reproduzir traços do essencialismo eurocêntrico ao construir essa identidade política baseada na aversão ao “conquistador” em um contexto de disputas dramáticas geradas pela radicalização da hipermodernização da academia que também impactava ampla população de vítimas do projeto neoliberal de acumulação via apropriação, branqueamento, exclusão e expulsão. O projeto MCD abraçou o essencialismo latino-americanista em resposta ao essencialismo eurocêntrico que se radicalizou durante a “revolução” neoliberal. Apesar da identidade política dominante, as contribuições transcendem “meras estratégias epistemológicas da desconstrução” (GARCÍA, 2011, p. 58); no entanto, o lado brilhante da decolonialidade ficou ofuscado e inacessível para a maioria. Dentre as muitas contribuições da opção decolonial, enquanto projeto geopolítico e geoepistêmico que vai além dos cinco séculos de colonialidade, podemos destacar a “desobediência” e o despreendimento em relação a diferentes tipos de colonização e, mais especificamente, aos mecanismos de colonialidade negados pela modernidade. Com base na virada globalista defendida por Enrique Dussel mais recentemente (DUSSEL, 2013), entendemos que a opção decolonial deve se desprender daquela identidade política e não apenas se dedicar a trazer à tona o lado mais sombrio que vem sendo negado pela (hiper)modernidade, mas também resgatar o engajamento com os diversos

tipos de outros, por meio de uma perspectiva transcosmopolita – outros descritos aqui como vítimas e como articuladores de alternativas informadas por diferentes tipos e intensidades de decolonialidade. A opção decolonial não é uma verdade imposta; ao contrário, a decolonialidade é uma opção que pode se transformar em universal por meio da transmodernidade e do engajamento de populações. Por sua vez, a opção decolonial não é essencialmente confrontacional ou latino-americana por fazer parte da modernidade/colonialidade eurocêntrica – enunciada na exterioridade da modernidade, e não no exterior da modernidade – a despeito de sua proposta dominante de desobediência e despreendimento para libertação. Libertação por meio de uma perspectiva transcosmopolitanista decolonial em uma era de transição marcada pela radicalização dos mecanismos eurocêntricos e pela promoção de uma crescente população composta por vítimas e articuladores de alternativas, significa, na prática, aprofundar o conceito de pensamento fronteiriço e ir além da perspectiva continentalista e do âmbito acadêmico. Em outras palavras, entendemos que essa perspectiva, articulada em uma economia emergente localizada na América Latina, viabiliza no campo da gestão a virada “globalista” proposta por um de seus principais teóricos (DUSSEL, 2013).

A transmodernidade decolonial tem como principal característica a promoção de diálogos críticos entre as diferentes “modernidades” que constituem o mundo em que diversos mundos e conhecimentos podem coexistir. Segundo Dussel (2005a), a ideia de emancipação, como conceito originado na Escola de Frankfurt, está atrelada ao iluminismo e à modernidade eurocêntrica. Embora seja aparentemente exógena à modernidade, a ideia de emancipação reforça a universalidade eurocêntrica por se basear em uma crítica eurocêntrica, tida como universal, subordinada à noção eurocêntrica de cosmopolitismo. A ideia de emancipação, como conceito abstrato para libertar o indivíduo de obstruções específicas, é problemática sob a perspectiva decolonial por estar essencialmente vinculada à liberdade do homem branco operário europeu e a dimensões eurocêntricas do marxismo (SOUZA, 2012). De acordo com o liberalismo eurocêntrico, a comunidade é inferior à individualidade. Ao emancipar o homem moderno [sic], a crítica eurocêntrica exclui outras classes, categorias, etnias, localidades, tipos de sociedade, além de diversos “outros” excluídos.

A filosofia da libertação de Enrique Domingo Dussel Ambrosini (doravante Enrique Dussel), enunciada primeiramente nos anos 1970, assumiu a perspectiva do “outro” excluído pelo eurocentrismo em um contexto marcado por intensa repressão militar na América Latina e por reações severas do mundo euro-estadunidense à ascensão do “outro” e do Terceiro Mundo, em paralelo ao ocaso da hegemonia dos EUA após a Guerra no Vietnam e correspondente inauguração da “revolução” neoliberal (HARVEY, 2007). A abstração conceitual da modernidade é substituída por uma posição concreta e comunitária, mais conectada a mundos extra-acadêmicos. Mais especificamente, a filosofia da libertação se baseia no conceito de diferença colonial envolvendo Europa e América para promover a libertação coletiva da modernidade eurocêntrica (DUSSEL, 1976; 2005a). A perspectiva continentalista prevaleceu na primeira instância, mas esta vem sendo revisada em paralelo aos avanços da colonialidade global e da decolonialidade (ESCOBAR, 2004). A filosofia da libertação engaja o trabalho de filósofos europeus (em especial Emmanuel Levinas) sob uma perspectiva de alteridade; por conseguinte, Enrique Dussel defende a transmodernidade pluriversal como pressuposto político-ético para a libertação das vítimas da diferença colonial, engajadas com múltiplas alternativas ao eurocentrismo, ao mesmo tempo que sublinha a importância de identidades políticas de caráter mais essencialista para superar mais de cinco séculos de negação do outro pela modernidade eurocêntrica. Em outras palavras, a filosofia da libertação é transmoderna transcosmopolita, vinculada a mecanismos e processos comunitários de libertação, e em oposição ao lado eurocêntrico mais sombrio de extermínio, exclusão e dominação do “outro”.

Nossa proposta de co-construção de uma agenda em administração/gestão no Brasil sob uma perspectiva transcosmopolita segue três pressupostos principais. Primeiro, esta deve gerar benefícios e libertação não apenas para pesquisa acadêmica, mas também para sistemas mais amplos e outros tipos de saberes. Em outras palavras, a opção decolonial deve ser acessível não apenas a acadêmicos de administração/gestão, mas a uma variada e vasta população de invisibilizados e vitimizados em escala global que administra e organiza cotidianamente problemas gerados pela hiper-modernidade global. Segundo, os processos de resgate, legitimação e disseminação de práticas e saberes/conhecimentos decoloniais engajados aos problemas reais e respectivos *loci* de enunciação devem ser mobilizados por essa comunidade ampla. Em outras palavras, a opção decolonial deve continuar sendo co-construída por uma vasta comunidade vinculada a múltiplas concepções e práticas de administração/gestão e sob uma perspectiva transcosmopolita. Terceiro, a opção decolonial deve ser legitimada sob uma perspectiva comunitária, ao invés de imposta ou escolhida por indivíduos como se fosse mais uma mercadoria nas prateleiras da academia global de gestão (IBARRA-COLADO, FARIA, GUEDES, 2010). O regime de propriedade de conhecimento que governa a academia deve ser desafiado por meio de uma lógica comunitária que torna praticantes e membros da sociedade e das comunidades constituintes e coproprietários de saberes/conhecimentos decoloniais. Tendo em vista a posição ambivalente de economias e sociedades emergentes no sistema mundo e a crescente importância do conhecimento acadêmico

para a radicalização hipermoderna, essa perspectiva de decolonialidade no campo da administração/gestão deve ser tratada no Brasil como uma proposta de “solução global”, em busca de consenso global, no complexo âmbito da governança global do conhecimento (MILLER, 2007).

A co-construção dessa agenda demanda a análise e a gestão de mecanismos de extermínio, apropriação, contenção e cooptação de práticas e conhecimentos decoloniais radicalizados pela hipermodernidade. Entendemos que é fundamental que essa agenda não forneça justificativas para a radicalização dos mecanismos de geopolítica de conhecimento. Tal agenda transcosmopolita em administração/gestão deve engajar não apenas sociedades “periféricas”, mas também sociedades “centrais”.

SOBRE A CO-CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA EM ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

A radicalização da colonialidade e os mecanismos de governança da geopolítica do conhecimento impõem múltiplos obstáculos e desafios para a proposta delineada neste artigo. Como argumentado por Maia (2015, p. 555), baseando-se na obra de Alberto Guerreiro Ramos, o colonialismo/imperialismo é efetivo em termos de gestão da dominação por produzir “condições propícias para o florescimento de teorias e doutrinas imitativas” a partir da importação acrítica de ideias. Com base em mecanismos de coerção e consentimento, a colonialidade global tem sido efetiva na promoção de dependência, ao invés de “pura” dominação. Epistemologias e ontologias que confrontem esse quadro enfrentam obstáculos, em termos nacionais e internacionais, para reconhecimento, legitimidade e aceitação apesar de estarem do lado da maioria. Existe um grande risco de que opção decolonial seja reconhecida para ser apropriada e cooptada pelos mecanismos geoepistêmicos da (hiper)modernidade global, incluindo os de colonialidade interna. Esse quadro é plausível em economias emergentes, o que ajuda a explicar a preferência de autores decoloniais por países mais periféricos na América Latina, tais como Bolívia, Equador, Venezuela e Cuba, e por exemplos indigenistas de decolonialidade.

A co-construção de uma agenda decolonial no Brasil no campo da administração/gestão deve, por conseguinte, abraçar uma perspectiva transcosmopolita e não se restringir às sub-áreas mais fortemente vinculadas às ciências sociais. No campo da administração/gestão, observamos decolonialidade em subáreas de pesquisa mais fronteiriças como, por exemplo, os estudos organizacionais e estudos críticos em gestão (IBARRA-COLADO, 2006; ALCADIPANI, KHAN, GANTMAN et al., 2012; WANDERLEY e FARIA, 2012; FARIA e ABDALLA, 2014). Esse quadro de concentração em poucas subáreas, subordinadas às ciências sociais, é favorável para a mobilização de mecanismos de coerção e consentimento. Uma das consequências dessa concentração é que as chamadas áreas funcionais da administração – as mais populosas – continuam distantes da crítica e da opção decolonial. O contraditório papel da educação em administração/gestão, em projetos de graduação e em cursos de MBA no país, ajuda a fortalecer esse quadro. Enquanto alguns poucos pesquisadores de duas subáreas defendem a opção decolonial, os incentivos para a adoção de manuais de administração em tais programas têm promovido a crescente importação de conhecimento gerencialista, do tipo *fast-food*. Ao promover ferramentas de rápida aplicação para quase todos os tipos de problemas, esse aparato gerencialista reforça a lógica financeira que informa a evolução do capitalismo acadêmico global. Os “professores papagaios”, em geral mestres formados no contexto da modernidade/colonialidade global, ajudam a maximizar os supostos benefícios financeiros para os “clientes alunos” e ajudam a reforçar o quadro geoepistêmico de pobreza e desigualdade que ajuda a desempoderar os próprios administradores/gestores, reforçando o projeto de acumulação via apropriação, branqueamento, expulsão e exclusão em escala global. O círculo vicioso da colonialidade do conhecimento, por meio da contenção de saberes alternativos, ajuda a desconectar acadêmicos das múltiplas realidades vividas por atores do “mundo lá fora” (ou seja, nós mesmos!) que lidam diariamente com problemas gerados pela modernidade global e coproduzem “jeitinhos” decoloniais transmodernos e transcosmopolitas que não são reconhecidos nem pelas áreas funcionais da gestão nem pelos poucos pesquisadores que abraçam a opção decolonial sob uma perspectiva mais essencialista.

Esse quadro justifica a co-construção de uma agenda que reconheça a escassez de pesquisas empíricas informadas pela colonialidade que ajudem a engajar as áreas funcionais, administradores/gestores e outros constituintes de mundos extra-acadêmicos e a superar a escassez de diálogos entre os teóricos da decolonialidade e o âmbito da “metodologia científica”. A literatura decolonial rejeita a ideia de transformar a decolonialidade em teoria ou ciência devido ao legado colonial dessas categorias eurocêntricas. A pesquisa que inspirou este artigo ilustra esse quadro. Houve um momento crítico em que deparamo-nos com um “beco sem saída” metodológico, devido à virtual ausência de diálogo entre o mundo da metodologia científica e a decolonialidade. Esse quadro sugere aos pesquisadores três alternativas: (i) desenvolvimento de alternativas metodológicas

informadas pela decolonialidade sob uma perspectiva transcosmopolita; (ii) engajamento com a proposta decolonial de desprendimento sob uma perspectiva essencialista radical; (iii) subordinação ao metodologismo eurocêntrico que resultaria na apropriação, cooptação e contenção da decolonialidade. Apesar de entendermos que as duas últimas alternativas não são desejáveis, consideramos que estas podem ser seguidas por diferentes tipos de “pesquisadores” em projetos específicos de descolonização, desde que a primeira também seja reconhecida e contemplada. A maioria das situações “empíricas” de decolonialidade em economias emergentes (e não apenas) caracteriza-se pela hibridicidade informada por múltiplas dinâmicas colonialidade-decolonialidade, ao invés de “purismo”. Especialmente em economias e sociedades emergentes, na maioria dos contextos de prática da administração/gestão, decolonialidade coexiste com colonialidade assim como transmodernidade coexiste com radicalização da hipermordernidade em escala global. Esse quadro não é muito diferente em instituições acadêmicas e periódicos acadêmicos.

Com base não apenas na pesquisa que gerou este artigo, mas em muitos outros debates nos quais participamos, assim como em práticas de pesquisa e ensino no campo da administração/gestão dentro e fora da academia, no Brasil e no exterior, defendemos a co-construção de uma agenda decolonial, sob uma perspectiva transcosmopolita conectada à “virada global” proposta por Enrique Dussel. Mais especificamente, defendemos o engajamento de acadêmicos e não-acadêmicos com o desafiante âmbito de teorias e práticas de “gestão da coexistência” envolvendo estruturas de colonialidade e de decolonialidade, com especial atenção para o desvelamento do lado brilhante da decolonialidade e não apenas o lado mais obscuro da colonialidade/modernidade em organizações, comunidades e academia em diferentes partes do mundo em que diversos mundos coexistem.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Em busca da superação do quadro duradouro de empobrecimento epistêmico no campo de administração/gestão, este trabalho analisou a posição marginal da decolonialidade no Brasil para argumentar que a decolonialidade pode promover tanto a atenuação quanto o acirramento de mecanismos e estruturas de colonialidade em escala global. Defendemos o engajamento com epistemologias alternativas, que desafiam a colonialidade do conhecimento e o atual quadro de acirramento e expansão das desigualdades e assimetrias em escala global, sob uma perspectiva transcosmopolita que vai além de essencialismos, continentalismos, nacionalismos ou regionalismos usualmente associados à perspectiva decolonial produzida na América Latina. Sugerimos algumas diretrizes para a co-construção de uma agenda em administração/gestão no (e a partir do) Brasil, que promovam conhecimentos e práticas informados pela opção decolonial por meio do engajamento com lado brilhante da decolonialidade, ao invés do foco monológico na face mais obscura da modernidade/colonialidade. Na esperança de que essa agenda não promova a rearticulação de mecanismos e estruturas que vêm sendo questionados por conhecimentos e práticas decoloniais há mais de cinco séculos, reforçamos a necessidade de dialogar criticamente com conhecimentos hegemônicos por meio da transmodernidade pluriversal conectada à virada global proposta por Enrique Dussel. Destacamos também a posição ambivalente do Brasil na América Latina e no contexto das economias emergentes e a necessária atenção à governança do âmbito da geopolítica do conhecimento em semiperiferias emergentes para evitarmos a radicalização da hipermordernidade eurocêntrica e a correspondente ampliação da população de vítimas do capitalismo neoliberal que continuam articulando alternativas por meio de dinâmicas de co-construção de saberes e práticas que vêm sendo desprezadas pela academia decolonial.

Defendemos a promoção e legitimação da pluriversalidade de conhecimentos/saberes, por meio do pensamento fronteiriço ampliado, de modo que se construa condições de possibilidade de coexistência ampla, tal como pressupõe a transmodernidade de Enrique Dussel, ao invés de coexistência restrita e conveniente para a rearticulação de mecanismos de colonialidade. É preciso descolonizar tanto o colonizador quanto o colonizado (MIGNOLO, 2010), reconhecer dinâmicas de colonialidade-decolonialidade (FARIA, 2013), e contemplar estruturas tanto de colonialidade externa quanto colonialidade interna (CASANOVA, 2006).

Ao promover a co-construção de uma agenda de pesquisa e ensino em administração/gestão sob uma perspectiva transcosmopolita, esperamos contribuir com os esforços empreendidos rumo ao fomento de debates geoepistêmicos, especialmente no Brasil, com o propósito de promover reflexões sobre o processo de resgate e criação (e não apenas consumo) de conhecimentos em administração/gestão no país e na América Latina. Também esperamos contribuir com processos de formação

de identidade acadêmica, sobretudo pela construção de conhecimentos alinhados às realidades nas quais os problemas são enunciados. O engajamento com essas epistemologias no campo de administração/gestão pode possibilitar que saberes sejam desvelados, especialmente em áreas funcionais, que continuam em estado de latência e subalternidade em relação às áreas de estudos organizacionais e estudos críticos de gestão. Contestar a lógica dominante de que economias emergentes devem figurar tão somente como consumidoras de conteúdos e discursos produzidos pelo eurocentrismo é condição crucial a promoção de uma perspectiva transcosmopolita de pluriversalidade, em contraposição à e engajamento com a universalidade hipermoderna euro-estadunidense.

Uma agenda que prestigie a decolonialidade, a transmodernidade e o pensamento fronteiriço em administração/gestão deve privilegiar não apenas a pesquisa, mas múltiplos contextos de educação, especialmente pela promoção, co-construção e legitimação de conhecimentos mais alinhados às múltiplas realidades locais, e em especial aos problemas criados pela modernidade, que esta não é capaz de resolver. No âmbito da graduação, por exemplo, é possível explorar conhecimentos cristalizados sob novas lentes, conforme exemplo de Serva (2013a, p. 61), “de contar com historiografias alternativas ao caráter serial estabelecido pela dita ‘TGA – Teoria Geral da Administração’”, permitindo novas interpretações a partir da reconstrução dos passados, por meio de uma perspectiva pluriversal e transcosmopolita. Também é relevante destacar a oportunidade de discutir e refletir sobre conhecimentos engajados com a promoção do bem-estar dos mais diversos atores, em contraposição ao conhecimento incumbido de camuflar propósitos e mecanismos de administração/gestão via dominação.

Uma agenda “positiva” engajada com a concepção de saberes, preocupada com a resolução de problemas, pode propiciar benefícios amplos, sobretudo às sociedades periféricas e semiperiféricas. O comprometimento de acadêmicos e praticantes da administração/gestão não exclusivamente com os interesses e visões de mundo das cúpulas das organizações é necessário para superar o lado mais obscuro do projeto neoliberal de globalização. Acreditamos na relevância deste estudo não apenas para acadêmicos. Com isso em vista, esperamos não apenas contribuir com o processo de formação de conhecimento descolonizado, mas especialmente promover um engajamento crítico envolvendo acadêmicos, praticantes, sociedade e invisibilizados.

Indicamos, por fim, a relevância deste artigo para os editores e revisores de periódicos, sobretudo pela possibilidade de não apenas engajarem o processo de co-construção dessa agenda, mas também de se comprometerem com a valorização de conhecimentos/saberes conectados a respectivos *loci* de enunciação, que contribuam para lidar em escala global com problemas causados pela modernidade, que esta não é capaz de solucionar por si.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M. **Repensando o duplo movimento polanyiano a partir do desenvolvimento de estratégias sociais:** um olhar sobre o setor de energia nucleoelétrica à luz da opção decolonial. 305 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
- ABDALLA, M. M.; BRITO, P. N. Reflexões sobre o (pseudo) antipositivismo na administração. In: IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT MEETING, 7., 2011, Lima. **Anais...** Lima: Iberoamerican Academy of Management, 2011.
- ALATAS, S. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current Sociology**, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, 2012.
- ALCADIPANI, R.; FARIA, A. Fighting Latin American marginality in “international” business. **Critical Perspectives on International Business**, v. 10, n. 1/2, p. 107-117, 2014.
- ALCADIPANI, R. et al. Southern voices in management and organization knowledge. **Organization**, v. 19, n. 2, p. 131-143, 2012.
- ALTBACH, P. G. Globalisation and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education & Management**, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.
- APPADURAI, A. **Modernity at large:** cultural dimensions of globalization. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 4, p. 289-321, 2009.
- BERGER, M. T. After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 9-39, 2004.
- BERTERO, C. O. et al. Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 181-196, 2013.
- BRAGATO, F. F.; CASTILHO, N. M. O pensamento descolonial em Enrique Dussel e a crítica do paradigma eurocêntrico dos direitos humanos. **Revista Direitos Culturais**, v. 7, n. 13, p. 1-13, 2012.
- BUELENS, M. et al. Methodological issues in negotiation research: a state-of-the-art-review. **Group Decision and Negotiation**, v. 17, n. 4, p. 321-345, 2008.
- CANDLER, G. G. ‘Assimilação crítica’ and research on the periphery. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. Edição Especial, p. 560-572, 2015.
- CANDLER, G. G.; AZEVÉDO, A.; ALBERNAZ, R. O. Towards global scholarship in public affairs. **Public Administration**, v. 88, n. 3, p. 836-850, 2010.
- CARVALHO FILHO, V.; IPIRANGA, A.; FARIA, A. (De) Colonialidade na Educação em Administração: Explorando Limites e Possibilidades. **Education Policy Analysis Archives**, v. 25, 2017.
- CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2006. (Coleção Campus Virtual).
- CLEGG, S. Managerialism: Born in the USA – book review. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 4, p. 566-585, 2014.
- CONGLETON, R. On the political economy of the financial crisis and bailout of 2008-2009. **Public Choice**, v. 140, n. 3/4, p. 287-317, 2009.
- DALMORO, M. et al. Dominância epistemológica em estudos do campo: são ainda os administradores positivistas? In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AnPAD, 2007.
- DIRLIK, A. Global modernity? Modernity in an age of global capitalism. **European Journal of Social Theory**, v. 6, n. 3, p. 275-292, 2003.
- DIRLIK, A. Spectres of the Third World: global modernity and the end of the three worlds. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 131-148, 2004.
- DOMINGUES, J. M. **Interpretando a modernidade:** imaginário e instituições. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- DUBERLEY, J.; JOHNSON, P.; CASSELL, C. Philosophies underpinning qualitative research. In: SYMON, G.; CATHERINE, C. (Ed.). **Qualitative organizational research:** core methods and current challenges. London: Sage, 2012. 15-28 p.
- DUSSEL, E. D. **History and the theology of liberation:** a Latin American perspective. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1976.
- DUSSEL, E. **1492. O encobrimento do outro:** a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DUSSEL, E. **Filosofia da libertação:** crítica à ideologia da exclusão. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2005a.
- DUSSEL, E. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, 2005b. 24-32 p.
- DUSSEL, E. **Ethics of liberation:** in the age of globalization and exclusion. Durham, NC: Duke University Press, 2013.
- ESCOBAR, A. Beyond the third world: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004.
- FARIA, A. Border thinking in action: should critical management studies get anything done. **Dialogues in Critical Management Studies**, v. 2, p. 277-300, 2013.
- FARIA, A. Rethinking market-ing orientation. In: PRASAD, A. et al. (Ed.). **The Routledge companion to critical management studies**. New York: Routledge, 2015a. 217-235 p.
- FARIA, A. Reframing diversity management. In: BENDL, R.; BLEIJENBERGH, I.; HENTTONEN, E. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of diversity in organizations**. Oxford: Oxford University Press, 2015b. 127-147 p.

- FARIA, A.; ABDALLA, M. M. Engajando com o lado mais sombrio do mercado e da gestão. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AnPAD, 2014.
- FARIA, A.; IBARRA-COLADO, E.; GUEDES, A. L. Internationalization of management, neoliberalism and the Latin America challenge. *Critical Perspectives on International Business*, v. 6, n. 2/3, p. 97-115, 2010.
- FARIA, A.; IMASATO, T.; GUEDES, A. L. M. O que gestão estratégica tem a ver com capitalismo(s)? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. especial, p. 2-21, 2014.
- GARCÍA, A. P. P. El proyecto des-colonial en Enrique Dussel y Walter Mignolo: hacia una epistemología otra de las Ciencias Sociales en América Latina. *Cultura y Representaciones Sociales*, v. 5, n. 10, p. 57-81, 2011.
- GIDDENS, A. **Modernity and self-identity:** self and society in the late modern age. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.
- GROSFOGUEL, R. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2/3, p. 203-246, 2007.
- GROSFOGUEL, R. Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 199-215, 2008a.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 115-147, 2008b.
- GROSFOGUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, Edição especial, p. 337-362, 2012..
- GRŽINIĆ, M. Europe's colonialism, decoloniality, and racism. In: BROECK, S.; JUNKER, C. (Eds.). **Postcoloniality-decoloniality-black critique:** joints and fissures. Frankfurt: Campus Verlag, 2014. 129-146 p.
- GUIMARÃES, S. P. A América do Sul em 2022. *Carta Maior*, v. 28, n. 7, 2010, disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-America-do-Sul-em-2022/6/15963>>, acesso em 10 jan 2014.
- HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Ed. Unesp, 2006. (Coleção Paradidáticos: Série Poder).
- HANSON, D.; GRIMMER, M. The mix of qualitative and quantitative research in major marketing journals, 1993-2002. *European Journal of Marketing*, v. 41, n. 1/2, p. 58-70, 2007.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- HUNTINGTON, S. The lonely superpower. *Foreign Affairs*, v. 2, n. 78, p. 35-49, 1999.
- HURRELL, A. Narratives of Emergence: Rising Powers and the End of the Third World? *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 33, n. 2, p. 203-221, 2013
- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.
- IBARRA-COLADO, E.; FARIA, A.; GUEDES, A. L. Introduction to the special issue on "Critical international management and international critical management: perspectives from Latin America." *Critical Perspectives on International Business*, v. 6, n. 2/3, p. 86-96, 2010.
- IKENBERRY, G. The future of the liberal world order. *Foreign affairs*, v. 90, n. 3, p. 56-68, 2011.
- JACK, G. et al. Refining, reinforcing and reimagining universal and indigenous theory development in international management. *Journal of Management Inquiry*, v. 21, n. 4, p. 1-17, 2012.
- JAMESON, F. Third-world literature in the era of multinational capitalism. *Social Text*, v. 15, p. 65-88, 1986.
- JARAMILLO, N.; CARREON, M. Pedagogies of resistance and solidarity: towards revolutionary and decolonial praxis. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, v. 6, n. 1, p. 392-411, 2014.
- KHURANA, R. **From higher aims to hired hands.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.
- LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2000.
- LAYNE, C. The unipolar illusion revisited. *International Security*, v. 31, n. 2, p. 7-41, 2006.
- LOCKE, R. R.; SPENDER, J. C. **Confronting managerialism:** how the business elite and their schools threw our lives out of balance. London: Zed, 2011.
- MAIA, J. M. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos. *Cad. EBAPE.BR*, v. 13, n. Edição especial, p. 550-559, 2015.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, W. D. **Desobediencia epistémica:** retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010.
- MIGNOLO, W. D. **The darker side of Western modernity:** global futures, decolonial options. London: Duke University Press, 2011.
- MIGNOLO, W. D. Spirit out of bounds returns to the East: the closing of the social sciences and the opening of independent thoughts. *Current Sociology*, v. 62, n. 4, p. 584-602, 2014.
- MILLER, C. Democratization, international knowledge institutions, and global governance. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 20, n. 2, p. 325-357, 2007.
- MILLS, A. J. Reflections on the socio-politics of qualitative research. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, v. 10, n. 4, p. 325-328, 2015.
- MISOCZKY, M.; IMASATO, T. The Brazilian sub-imperialist strategy of regional insertion. *Critical Perspectives on International Business*, v. 10, n. 4, p. 274-290, 2014.
- MONTEIRO, P. M. As raízes do Brasil no espelho de próspero. *Novos Estudos Cebrap*, v. 83, p. 159-182, 2009.

- MONTEIRO, P. R. R.; VEIGA, R. T.; VAN DOORNIK, B. F. N. Abordagens epistemológicas em administração: isolamento, hegemonia ortodoxa ou concepção pluralista? In: ENCONTRO DA ANPAD, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: AnPAD, 2005.
- MURPHY, J.; ZHU, J. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. *Organization*, v. 19, n. 6, p. 915-927, 2012.
- NDLOVU-GATSHENI, S. J. Decoloniality as the future of Africa. *History Compass*, v. 13, n. 10, p. 485-496, 2015.
- PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, 2005. 24-32 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Outra verdade inconveniente: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. *Universitas Humanística*, n. 66, p. 327-365, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- PRASAD, A. et al. (Eds.). **The Routledge companion to critical management studies**. New York: Routledge, 2015.
- QUIJANO, A. América Latina en la economía mundial. *Problemas del desarrollo*, v. 24, n. 95, p. 43-59, 1993.
- RODRIGUES, S.; CARRIERI, A. A tradição anglo-saxônica em estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, n. Edição especial, p. 81-102, 2001.
- SANTOS, B. S.; MENESSES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEGRERA, F. L. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe: É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região? In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, 2005. 95-106, 2005.
- SEREMANI, T. W.; CLEGG, S. Postcolonialism, organization, and management theory: the role of “epistemological third spaces.” *Journal of Management Inquiry*, v. 25, n. 2, p. 171-183, 2016.
- SERVA, M. O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração: inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. Edição especial, p. 51-64, 2013a.
- SOUZA, A. M. O expansionismo nos governos Lula e o BNDES. *Meridiano* 47, v. 11, n. 120, p. 47-53, 2010.
- SOUZA, J. J. V. Emancipação/libertação e o movimento social do Brasil contemporâneo a partir da teoria crítica decolonial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. *Anais...* Niterói, RJ: ANINTER-SH/Universidade Federal Fluminense, 2012.
- SOUZA PINTO, J.; MIGNOLO, W. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.
- STEGER, M. **Globalisms**. New York: Rowman & Littlefield, 2009.
- VERGARA, S. C.; CARVALHO, J. L. F. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. *Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 3, p. 78-91, 2002.
- WALLERSTEIN, I. M. **European universalism: the rhetoric of power**. New York: New Press, 2006.
- WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler-Furtado case: a de-colonial re-framing of a North/South (dis)encounter. *Management & Organizational History*, v. 7, n. 3, p. 219-236, 2012.
- WESTWOOD, R.; JACK, G. Manifesto for a post-colonial international business and management studies: a provocation. *Critical Perspectives on International Business*, v. 3, n. 3, p. 246-265, 2007.

Márcio Moutinho Abdalla

Doutor em Administração pela Fundação Getulio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE). Professor adjunto na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcioabdalla@id.uff.br

Alexandre Faria

PhD em Industrial and Business Studies pela University of Warwick, UK; Professor Adjunto da Fundação Getulio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE). E-mail: alex.faria@fgv.br